



SENADO FEDERAL

CURSO POLÍTICA E CIDADANIA

Construindo um novo Brasil



SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG - PSB/DF

Intermediário



CURSO POLÍTICA E CIDADANIA

VOL. 6

AS IDEOLOGIAS

- 2011 -

Sumário

1 – CONCEITO	05
2 – O CONSERVADORISMO	08
3 – O LIBERALISMO	10
4 – O SOCIALISMO	12

I – Conceito

Na linguagem corrente, o *Aurélio* define Ideologia como “ciência da formação das ideias” e “conjunto articulado de ideias, valores, opiniões, crenças, etc., que expressam e reforçam as relações que conferem unidade a determinado grupo social (classe, partido político, seita religiosa, etc.) seja qual for o grau de consciência que disso tenham seus portadores” e também “sistema de ideias dogmaticamente organizado como um instrumento de luta política”.

No *Vocabulário da Política*, o professor Octaciano Nogueira registra o verbete “Ideologia”, nos seguintes termos:

A palavra ideologia foi usada pela primeira vez em 1796 por um filósofo hoje quase desconhecido, Destutt de Tarcy, para referir-se a uma possível ciência das idéias que nunca se desenvolveu nem chegou a se materializar. Passou a ser utilizada, em seguida, para indicar uma visão sistemática do mundo, aquilo que hoje chamamos de “cosmovisão”, ou seja, uma visão única de todo o mundo e de seus problemas. No séc. XIX continuou a ser usada como essa visão global, mas passou a significar, também, uma visão distorcida, que refletia as paixões, erros e temores dos que se diziam ideólogos. A ideologia foi considerada, então, uma visão distorcida ou falsificada do mundo, A falsificação, na visão de seus críticos estava na mente dos ideólogos. Daí a razão de terem Marx e Engels definido a ideologia como uma “falsa consciência da realidade”. Eles explicaram que as distorções eram resultado da preocupação econômica, posta a serviço da dominação de cada classe. A preocupação de ambos, em “desmascarar” a ideologia terminou se transformando num exercício ideológico. Se todos os regimes políticos procuram justificar o seu exercício do poder, é sinal de que todo poder seria uma ideologia, ou seja, a forma de legitimar-se e justificar-se. Por isso, a ideologia continua, até hoje, poderosa arma da Política. O professor americano Robert

Nisbet assinala que “As ideologias, como as teologias, têm seus dogmas: grupos de crenças e valores mais ou menos coerentes e duradouros que exercem uma influência determinante, pelo menos em uma parte da vida dos que os sustentam. Em última análise, ele refere-se ao lugar que o indivíduo há de ocupar, sob qualquer sistema de autoridade, seja divina ou secular. O tratamento das três ideologias modernas, socialismo, liberalismo e conservadorismo, faz-se comumente em termos de relação entre o indivíduo e o Estado, de acordo com uma tradição do pensamento político que remonta ao Renascimento. Quer dizer, em termos de relação legítima e desejável entre o indivíduo e o Estado”. Quando consideramos o papel da ideologia no mundo contemporâneo, portanto, temos que levar em conta como as ideologias colocam o cidadão em face do Estado: se privilegia o papel do cidadão ante o Estado, o papel do Estado ante o cidadão ou dos cidadãos entre si.

Embora o cientista político norte americano, Daniel Bell, professor da Universidade de Colúmbia, tenha declarado *O Fim da Ideologia*, em livro publicado em 1960¹ o termo e sua prática continuam a existir e, em português, existem mais de 40 títulos que têm como tema a Ideologia. Os partidos ideológicos continuam a existir, no Brasil e na maior parte do mundo civilizado, como demonstração de que as ideias, em suas diferentes concepções desempenham um papel decisivo na prática da Política e na vida partidária em todos os países democráticos.

O professor Douglas Gunn MacRae da London School of Economics and Political Science, autor do *Verbete Ideologia*, na *Enciclopedia de las Instituciones Políticas*², registra que “o primeiro que usou o termo foi um filósofo de importância secundária, Des-

(1) Existe edição em português, publicado pela Editora Universidade de Brasília, em 1980, vol. 11 da coleção “Pensamento Político”.

(2) Versão, em espanhol, do original em inglês *The Balckwell Encycopaedia of Political Institutions*. Editorial Vernon Bogdanor, 1987.

tutt de Tracy (1754-1836) que o cunhou em 1796 para referir-se a uma possível “Ciência das Ideias”. Mas nesse mesmo texto ele lembra que essa ciência não se desenvolveu nunca. A palavra, contudo, diz ele, resultou útil aos escritores da França pós-Napoleônica e da Alemanha romântica que a adotaram, para significar duas coisas de uma só vez. Para eles a ideologia era uma visão sistemática do mundo, tanto na teoria como um programa que demonstrava coerência lógica e/ou sentimento; podia ser, no entanto, uma visão distorcida da objetividade positivista que encarna as paixões, temores, desejos ou meros erros do ideólogo. A ideologia era, portanto, uma representação falsificada do mundo, e a falsificação residia dentro da mente e das expressões do falsificador. Daí porque, para Engels e Marx, a ideologia era a “falsa consciência”. Nesse mesmo texto, o professor Mac Rae indaga: “Que pensamento *não ideológico* é possível?” E ele mesmo responde: “a ideologia é a distorção do pensamento, devido à preocupação econômica em interesse e ao serviço da dominação classista”.

“O desmascaramento da ideologia, para usar a expressão marxista, bem pode ser, por si mesmo, um exercício ideológico. Se todos os regimes políticos requerem uma legitimação de seu exercício do poder, então todo poder incorpora ideologia”. Nem mesmo a crítica de Marx e Engels, como a de outros pensadores, foram capazes de ignorar a importância e o papel que as ideologias adquiriram no mundo contemporâneo, desde que na Assembleia Nacional da França, em 1789, a distinção entre elas se tornou patente. Os termos “Esquerda” e “Direita” foram utilizados, a princípio, para descrever simplesmente, as posições físicas ocupadas pelos grupos políticos nas Assembleias Nacionais e, mais tarde, na Convenção Nacional. Os grupos que não simpatizavam entre si, se sentavam o mais longe possível. Os aliados radicais de Robespierre ocupavam os assentos superiores, isto é, “A Montanha”. Desde a perspectiva de alguém que entrasse no plenário, esses deputados radicais, ou “montanheses” estavam localizados na extrema esquerda. Os deputados independentes, a “Planície”, ocupava a zona de debate situada no centro inferior do recinto. Os deputados girondinos, sob cuja direção estava a maioria dos ministérios do governo, controlavam na prática, quase todo o poder da Assembleia e se reuniam na ala

direita. Ao fim de algum tempo se tornou evidente que os situados à esquerda (os Jacobinos) queriam mudanças radicais. Os da direita (girondinos) defendiam o status quo porque dirigiam o governo.

Quem primeiro se preocupou com as determinantes políticas e sociais do conhecimento, relativamente à ideologia, foi o sociólogo húngaro Karl Mannheim na obra *Ideologia e Utopia*³. Sob o título *Os determinantes políticos e sociais do conhecimento*, ele escreveu: “Procuraremos demonstrar agora, por meio de um exemplo concreto, que o pensamento político-histórico assume formas várias de acordo com diversas correntes políticas. A fim de não nos distanciarmos em demasia do assunto, concentrar-nos-emos na relação entre a teoria e a prática. Veremos que este problema, o mais geral e fundamental de uma ciência da conduta política, é diversamente concebido pelas diferentes correntes histórico-políticas. Isto pode ser facilmente constatado por um levantamento de várias correntes políticas e sociais dos séc. XIX e XX. Como tipos-ideais representativos mais importantes da Ideologia”, explicou Mannheim, teremos os seguintes:

1. O conservadorismo burocrático;
2. O historicismo conservador;
3. O pensamento liberal-democrático burguês;
4. A concepção socialista-comunista.

II – O conservadorismo

A despeito de sua incontestável autoridade, o sociólogo húngaro Karl Mannheim, professor da London School of Economics and Political Science, ao prever a existência de duas modalidades de conservadorismo, de uma corrente liberal-democrático burguesa e da concepção socialista-comunista, seguramente estava abordando a questão sob o ponto de vista sociológico, mas não polí-

(3) Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, 4ª edição. Tradução do original em inglês *Ideology and Utopia* - An Introduction to the Sociology of Knowledge Londres, Routledge & Keagan Paul Ltd.

tico e ideológico.

Na obra dedicada ao Conservadorismo⁴, o professor Robert Nisbet define: “Dito em poucas palavras, uma ideologia é um conjunto razoavelmente de idéias morais, econômicas, sociais e culturais que tem uma relação consistente e bem conhecida com a Política e o poder político; mais especificamente uma base de poder que torna possível a vitória desse conjunto de idéias”.

O termo Ideologia continua corrente e sua relevância é indiscutível no mundo contemporâneo. No seu *Dicionário de Ciência Política*, o professor Frank Bealey registra: “Assim como o Liberalismo e o Socialismo o Conservadorismo é um conjunto de conceitos. Alguns o descrevem como uma Ideologia, porém, em realidade, é a negação da Ideologia”. E explica: “Os conservadores são pragmáticos. Oakshott⁵ diz que não é uma doutrina, mas sim uma disposição”. Os valores conservadores compreendem o desejo de estabilidade e a pré-disposição contra as mudanças porque não podem predizer suas implicações. Quando a mudança é inevitável, ou já se produziu, os conservadores procuram moderá-lo e fazer ajustes com o mínimo transtorno. Os conservadores valorizam a Autoridade, a Lei e a Ordem. Estimam sobretudo a segurança da propriedade e a manutenção das forças que a salvaguardam; a autoridade merece o máximo respeito, por isso é vital que a liderança seja forte.

Como expressão de uma corrente de pensamento político, o Conservadorismo não fazia parte do discurso político na Inglaterra, onde surgiu, até o ano de 1830. No entanto, seus fundamentos são mais antigos e remontam a 1790 na obra de Edmund Burke, *Reflexões sobre a Revolução em França* e encontrou seguidores entre os franceses Joseph de Maistre e (1753-1821) e Alexis de Tocqueville (1805-1859). Segundo assinala o professor Frank Bealey em seu *Dicionário de Ciência Política*, “Os conservadores podem ser divididos em três categorias: a) reacionários; b) moderados; e c)

(4) Conservatism. © 1986, Robert Nisbet. Existe versão em espanhol. Madri, Alianza Editorial Conservadurismo. 1995

(5) Michael Oakshott (1900 – 1991) Filósofo e teórico político britânico. Depois de estudar em Cambridge e na Alemanha, foi professor em Cambridge e em Oxford. A partir de 1951 ensinou ciência política Na London School of Economics and Political Science

radicais.” E esclarece: “Em certos sentidos, os conservadores reacionários nunca se recuperaram da Revolução francesa e de suas consequências políticas. O filósofo da contra-revolução que defendia a restauração monárquica a partir de 1815, era Joseph de Maistre (1753–1821).

III – O liberalismo

Para o autor inglês J. Gray, “há muitos liberalismos e, dentro da liberdade, existem aspectos contraditórios: minha liberdade pode ser as algemas dos outros. As origens intelectuais do liberalismo nascem com a revolução científica dos sécs. XVI e XVII, das ideias da Ilustração e suas diversas correntes do pensamento, além das revoluções francesa e americana. A Revolução Industrial, que transformou totalmente a sociedade fomentou também uma atitude crítica ante o *statu quo* econômico e social. Os estímulos da mudança podem ser agrupados sob a epígrafe da *modernização*. A atmosfera ceticismo e o espírito crítico caracterizaram o desvio para o Racionalismo

A Idade da Razão e a Lógica passaram a questionar a existência de Deus, ao mesmo tempo em que a religião passou a ser considerada a submissão da mente humana à falta de razão. Essa foi uma das razões por que os revolucionários franceses confiscaram as terras da Igreja e introduziram na legislação o casamento civil. Como resultado dessas posturas, eles passaram a reivindicar, também, a separação da Igreja do Estado, tal como se proclama no art. 1º da Declaração de Direitos norte-americana, de 1791: “O Congresso não adotará nenhuma lei pela qual se adote uma religião como oficial do Estado”. A tolerância religiosa se reafirmou como um dos princípios liberais fundamentais.

A Razão dominou também as ideias dos utilitários que queriam reformar leis e procedimentos legais e constitucionais antiquados; para eles, o bom governo devia obedecer ao princípio da utilidade. Jeremy Bentham (1748–1832), o criador dessa escola acreditava na liberdade dos mercados, porém afirmou que os direi-

tos naturais inalienáveis eram “disparates sobre muletas”.

O liberalismo econômico clássico se interessou por livrar o comércio das algemas do mercantilismo. Liberais clássicos como os economistas Ricardo e Adam Smith declararam que livrar o comércio de regulações irracionais redundaria em maior prosperidade para todos, pois se tratava de um incentivo para estreitar as relações internacionais. O internacionalismo liberal não se inspirou só nas ideias sentimentais sobre a irmandade dos homens, senão também, na crença no próprio interesse racional: o livre mercado e o livre comércio, não só estimulariam os produtores, como também beneficiariam os consumidores.

Os liberais mais revolucionários centraram sua luta em romper os grilhões de uma sociedade acomodada e um mundo artístico submetido aos Cânones do classicismo. Rousseau (1712–1778) idealizou o “bom selvagem” e em sua obra *Emílio*, fez uma exposição pioneira da educação progressista. O primitivo era natural e superior ao sofisticado, e as pessoas comuns se constituíam em depositárias da verdade; nasceu aí o movimento romântico. Tinha duas ramificações: uma com origem no povo, outra, na nação. O poeta inglês Wordsworth (1770–1850) que tinha aclamado a Revolução francesa afirmou, no prefácio de suas *Baladas líricas* sobre “uma simples e rústica”, na qual “as paixões essenciais do homem (...) se expressem em uma linguagem mais simples e direta”. O romantismo descobriu “o homem corrente”. Os românticos simpatizavam com os povos oprimidos: o poeta Byron (1788–1824) morreu pela Grécia e os liberais europeus o santificaram como herói romântico.

No séc. XIX, a maior parte das nações do centro e do leste da Europa achava-se submetida a três impérios: o austro-húngaro, o russo e o turco. E não podiam sentir-se livres, até que se emancipassem. Desta forma, o nacionalismo se associou ao liberalismo nas mentes dos pensadores progressistas do séc. XIX. Um dos mais característicos, Mazini (1805–1872), filósofo do movimento em favor da unificação italiana, acreditava sinceramente que, quando as nações oprimidas alcançassem a categoria de Estados, teriam instituições democráticas e viveriam em paz umas com as outras. Em

seus escritos, nacionalismo se identifica com internacionalismo.

Com tais ideias, cimentou-se a Ideologia liberal. Muitas delas eram utópicas, mas todas exprimiam, em suas manifestações um afã em busca da liberdade em que acreditavam e que terminaram por transformar numa ideologia de ampla aplicação e de um sem número de seguidores.

IV – O socialismo

a) Social-Democracia e o Trabalhismo inglês

No prefácio de sua obra *Socialism*⁶, o professor inglês Bernard Crick invoca o caráter socialista do velho Partido Trabalhista inglês, como argumento para demonstrar, como ele afirma, que “havia socialismo antes de Marx, que grande parte do mesmo não desapareceu” e que “recentemente reviveu de novo, como atesta o movimento trabalhista britânico e que as ideias de pluralismo, descentralização e desconfiança do Estado (em vez do simples afã de apoderar-se dele, cooperação e liberdades populares tinha voltado a ser temas de interesse geral”.

Em abono de sua tese, ele ainda afirma que “O socialismo democrático na Grã-Bretanha não é nem uma traição nem um enfraquecimento do “socialismo real”. E procura assinalar que há diferença fundamental entre “teoria” e “doutrina”. Em suas próprias palavras, “por doutrina entendo um corpo coerente de afirmações sobre o que deve ser”. Por teoria, entendo uma generalização ou explicação geral: as teorias se preocupam empiricamente por uma tese ou por uma definição de uma linguagem explicativa, lógica.

Com estas palavras, ele procura esclarecer uma questão vital, quando se fala em socialismo, para prevenir a distinção necessária entre socialismo marxista, ou comunismo, do socialismo não marxista, que tanto pode ser a doutrina da social-democracia, do primeiro partido social democrata fundado por Ferdinand Lassale,

(6) Bernard Crick, 1987. Existe versão em espanhol da Alianza Editorial, Madri, 1994

na Alemanha, quanto a social democracia de Eduard Bernstein. É preciso não esquecer que o Partido marxista da Rússia denominava-se Partido Social Democrata, e que foi a facção bolshevik (majoritária) que o converteu em Partido Comunista, sob a liderança de Lênin. A denominação socialista, portanto, abrange tanto os partidos social democratas, quanto os partidos socialistas não marxistas, reservando-se a denominação comunista para os socialistas da vertente marxista.

b) O Socialismo no Brasil

No livro *História das Idéias Socialistas no Brasil*⁷ seu autor, o professor Vamireh Chacon, começa afirmando que “O Socialismo não é coisa exótica no Brasil; tem suas raízes históricas, há mais de um século, com seus líderes marcantes, seu acervo de lutas e conquistas, embora quase nunca registrados pela historiografia oficial”. E cita: “As reivindicações nativistas em favor da Independência brasileira, não foram sempre apenas políticas. O Nacionalismo andou associado ao Igualitarismo, em momentos como a Conspiração dos Alfaiates em 1798, também chamada Inconfidência baiana, já reivindicando a igualdade econômica, e não só a Liberdade. E na Inconfidência insurrecional de Pernambuco, em 1817, havia igualitários rousseauianos, Robespierres ou Marats nativos, como o Padre João Ribeiro, e não só anglófilos como Domingos José Martins ou americanófilos como o Cabugá”.

c) O Socialismo e a Redemocratização de 1945

No período contemporâneo, a atuação do Partido Socialista adquiriu força e expressão, depois da queda do Estado Novo, o período ditatorial com que Vargas governou o país de 1937, data de sua decretação, e 1945, ano de sua deposição pelo Exército, no dia 29 de outubro. Com eleições por ele convocadas, antes de seu afastamento, para o dia 2 de dezembro, foi a fase de reorganização partidária e do surgimento de novas correntes políticas. Entre elas, estava a União Democrática Socialista, a que se seguiu a Esquerda Democrática, movimento liderado por João Mangabeira datado de

(7) Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará/Editora Civilização Brasileira, 1981, 2ª edição, revista e Aumentada.

24 de agosto de 1945, que contou com o apoio de grandes expressões intelectuais e políticas brasileiras, como Domingos Velasco, Eduardo Castro Rebelo, Hermes Lima, Rubem Braga, José Honório Rodrigues, Homero Pires, Osório Borba, Juraci Magalhães, Arnon de Mello, Guilherme Figueiredo, Evandro Lins e Silva, Jurandir Pires Ferreira, Paulo Emílio Sales Gomes, José Lins do Rego, Raimundo Magalhães Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Wagner Estelita Campos.

Desde então, o PSB tem participado, de forma cada vez mais atuante, no processo de modernização da Democracia brasileira, disputando todas as eleições e contribuindo, com sua Fundação João Mangabeira de estudos políticos, para a disseminação da doutrina socialista em nosso país, como forma de materializarmos as grandes aspirações nacionais de erradicação da miséria e da pobreza em busca de uma sociedade mais igualitária, mais justa e sem discriminações de qualquer natureza. O progresso é um compromisso republicano, inscrito pelos positivistas no pavilhão nacional. O Partido Socialista luta, se empenha e preconiza que, mais do que um lema, essa promessa se transforme em realidade ainda na atual geração.

Este Curso é um pequenino passo na disseminação dessa ideia, mas é também, o instrumento com que contamos para arregimentarmos os brasileiros que pensam como nós, em busca de um país mais igualitário e menos injusto.

Rodrigo Rollemberg - Senador

Senado Federal, ala senador Filinto Müller, gabinete 05

Telefone:. 3303-6640

Fax:. 3303-6647

CEP: 70.165-900

E-mails: rodrigo@rollemberg.com.br ou

rollemberg@senador.gov.br

www.rollemberg.com.br

